



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



INFORMAÇÃO Nº 258/2024 – DIFLI

PROCESSO Nº: 00600-00007807/2024-81

JURISDICIONADO: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

ASSUNTO: Licitação

VALOR ESTIMADO: R\$ 169.022.922,00¹.

EMENTA: Pregão Eletrônico por SRP n.º 90004/2024. Objeto: Registro de preços para aquisição futura de viaturas policiais, para atender a demanda da PMDF (Órgão Gerenciador) e da SSP/DF (Órgão Participante). Análise de Edital. Despacho Singular n.º 152/2024 – GCMA, referendado pela Decisão n.º 2.585/2024. Pela suspensão cautelar do certame, determinações à PMDF. Esclarecimentos, medidas adotadas e justificativas da jurisdição. Cumprimento parcial das diligências. Pela continuidade do certame condicionada ao cumprimento das medidas pendentes.

Senhor Diretor Substituto,

Retornam os autos do exame formal do Edital do Pregão Eletrônico por SRP n.º 90004/2024, lançado pela Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, cujo objeto é o registro de preços para aquisição futura de viaturas policiais, para atender às demandas da PMDF (Órgão Gerenciador) e da SSP/DF (Órgão Participante).

2. Nesta oportunidade, analisaremos o cumprimento das determinações presentes no Despacho Singular n.º 152/2024-GCMA (Peça n.º 14, e-DOC [C235495A-e](#)), referendado pela Decisão n.º 2.585/2024 (Peça n.º 18, e-DOC [B1FB33E9-e](#)), que determinou a suspensão do certame com diligências, nos seguintes termos:

Despacho Singular nº 152/2024-GCMA

Ante o exposto DECIDO:

(...)

II. determinar à PMDF que, com fulcro no art. 170 da Lei nº 14.133/2021,

¹ A nova estimativa de preços resultou em valor superior aos R\$ 162.073.721,00 calculado anteriormente.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 2

Proc.: 00600-
00007807/2024-
81

c/c o art. 277 do RITCDF, suspenda o certame até ulterior deliberação desta Corte, para que promova as seguintes alterações no instrumento convocatório e/ou apresente justificativas:

- a. inclua no Edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de no máximo 25% do objeto, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c os art. 23 e 26 da Lei Distrital n.º 4.611/2011, até o limite de valor previsto no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, por força das vedações de tratamento diferenciado disciplinadas no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021 e no art. 24 da Lei Distrital n.º 4.611/2011;*
- b. quanto às exigências de qualificação técnica especificadas no item 8.2.1 do Edital:*
 - i. limite o requisito de comprovação de fornecimento pretérito a, no máximo, 50% do previsto para cada item do certame;*
 - ii. exclua a imposição de que os atestados sejam emitidos por forças militares ou policiais, permitindo a expedição por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado;*
- c. faça constar nos autos administrativos a aprovação formal do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, em cumprimento ao art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/2019 e ao art. 71, § 3º, do Decreto n.º 44.330/2023;*
- d. com relação ao Pregão Eletrônico por SRP n.º 07/2023 – PMDF, fiscalizado pelo Tribunal no Processo n.º 00600- 00016232/2023-14, apresente esclarecimentos quanto:*
 - i. ao considerável aumento na demanda por Veículos de Patrulha e Cerco – VPC, de 272 para 709 (item 2 do Pregão Eletrônico por SRP n.º 90004/2024);*
 - ii. à intenção na retomada do certame, devendo a PMDF adotar as medidas necessárias para a sua revogação, em caso de desinteresse na sua continuidade;*

3. Em atendimento ao Despacho Singular, a PMDF suspendeu o Pregão Eletrônico nº 90004/2024, conforme Aviso de Suspensão publicado no DODF nº 135, de 17 de julho de 2024 (Peça nº 22, e-Doc [604C65FB-e](#)).

4. A jurisdicionada encaminhou ao TCDF, mediante o Ofício nº 83/2024-PMDF/DALF/SPL e anexos (Peça nº 21, e-Doc [B7586579-e](#)), documentação pertinente para o cumprimento do Despacho Singular nº 152/2024-GCMA.

5. Desse modo, passaremos à análise do cumprimento das determinações presentes no Despacho Singular nº 152/2024-GCMA.

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 3

Proc.: 00600-
00007807/2024-
81**I – Análise do Cumprimento das diligências.****I.1 – Item II, alínea “a”²: “cota reservada destinada às entidades preferenciais”.****PMDF**

6. A jurisdicionada informa ter incluído subitens de cotas reservas à ME/EPP para cada um dos 3 tipos de veículos, com valor limitado até 25% ou R\$ 4.800.000,00 (fl. 100, Peça 21).

Análise

7. Verificamos a inclusão de 3 itens como cotas reservadas nas seguintes composições, com os respectivos itens de ampla concorrência (fl. 42, Peça 21).

Item	Descrição	Qnt	% Item	VALOR UNITÁRIO GLOBAL	R\$ TOTAL
1	Veículo de Patrulha e Interceptação – (VPI)	82	78,10%	R\$ 148.286,00	R\$ 12.159.452,00
2	Veículo de Patrulha e Interceptação – (VPI) Cota EPP/ME	23	21,90%	R\$ 148.286,00	R\$ 3.410.578,00
3	Veículo de Patrulha e Cerco I - (VPC)	692	95,84%	R\$ 157.846,00	R\$ 109.229.432,00
4	Veículo de Patrulha e Cerco I - (VPC) Cota EPP/ME	30	4,16%	R\$ 157.846,00	R\$ 4.735.380,00
5	Veículos de Suporte Operacional – (VSO) 4x4	134	88,16%	R\$ 259.790,00	R\$ 34.811.860,00
6	Veículos de Suporte Operacional – (VSO) 4x4 Cota EPP/ME	18	11,84%	R\$ 259.790,00	R\$ 4.676.220,00
Total					R\$ 169.022.922,00

8. Os itens para cota reservada dos Veículo de Patrulhamento e Interceptação – VPI e Veículos de Suporte Operacional – VSO encontram-se entre os 10% e 25% estabelecidos pelo art. 23 da Lei nº 4.611/11³.

9. Quanto ao Veículo de Patrulhamento e Cerco – VPC, temos que o percentual de 4,16%, R\$ 4.735.380,00, encontra-se limitado pelo valor máximo de R\$ 4.800.000,00, estabelecido pelo art. 79-E da Lei Complementar nº 123/2006⁴ c/c art.

² a. inclua no Edital cota reservada destinada às entidades preferenciais de no máximo 25% do objeto, conforme disposto no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, c/c os art. 23 e 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, até o limite de valor previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, por força das vedações de tratamento diferenciado disciplinadas no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 24 da Lei Distrital nº 4.611/2011;

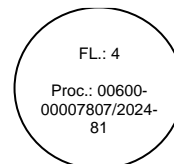
³ Art. 23. O tratamento favorecido e diferenciado a ser dispensado às entidades preferenciais será concedido, independentemente do direito de preferência e de saneamento, nos percentuais de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 25% (vinte e cinco por cento) do gasto público com contratações.

⁴ Art. 79-E. A empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional em 31 de dezembro de 2017 que durante



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



24 da Lei nº 4.611/11⁵, em face da possibilidade de desenquadramento da condição de entidade preferencial.

10. Dessa forma, nos posicionamos pelo cumprimento da determinação expedida no Item II, “a”, do Despacho Singular nº 152/2024-GCMA.

1.2 – Item II, alínea “b.i” e “b.ii”: comprovação de fornecimento pretérito limitado a, no máximo, 50% do previsto para cada item do certame e admissão de atestados expedidos por pessoas jurídicas de direito público e privado⁶:

PMDF

11. A PMDF apresenta que as modificações das exigências limitaram a comprovação do fornecimento prévio exigido a 30% do quantitativo demandado para cada item do certame em que houver participação do proponente, podendo ser emitidos por outras pessoas jurídicas ou privadas, além das forças militares ou policiais (fl. 100, Peça 21).

Análise

12. Identificamos, contudo, discordância entre o item 8.2.1 do Edital, o qual exige a comprovação do fornecimento de **300 viaturas** com atestados emitidos por forças **militares e policiais** e o item 17.1 do Termo de Referência, que insere o quesito de fornecimento, no mínimo, de **30% da quantidade** de veículos semelhantes com atestados fornecidos por **pessoas jurídicas de direito público ou privado** (fls. 25 e 48, Peça 21).

“8.2.1. Qualificação técnica

*I - O proponente deve comprovar sua capacidade técnica apresentando atestados de fornecimento **emitidos por forças militares ou policiais**, demonstrando o fornecimento em um ou múltiplos fornecimentos que totalizem **pelo menos 300 viaturas policiais ostensivas** (Item 17 do Termo*

o ano-calendário de 2017 auferir receita bruta total anual entre R\$ 3.600.000,01 (três milhões, seiscentos mil reais e um centavo) e R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) continuará automaticamente incluída no Simples Nacional com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, ressalvado o direito de exclusão por comunicação da optante.

⁵ Art. 24. O tratamento favorecido e diferenciado de que trata a presente Lei não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa.

⁶ b) quanto às exigências de qualificação técnica especificadas no item 8.2.1 do Edital: i. limite o requisito de comprovação de fornecimento pretérito a, no máximo, 50% do previsto para cada item do certame; ii. exclua a imposição de que os atestados sejam emitidos por forças militares ou policiais, permitindo a expedição por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 5

Proc.: 00600-
00007807/2024-
81

de Referência).

(...)

17. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

*17.1. O proponente deve comprovar sua capacidade técnica apresentando atestados de fornecimento **emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, que comprovem o fornecimento de, no mínimo, **30% da quantidade de veículos com características semelhantes ao objeto da presente licitação**, para o item do certame em que estiver participando”*

13. Assim, percebe-se que o item 8.2.1-I do Edital exige, indevidamente, que os atestados tenham sido emitidos por forças militares ou policiais. Ademais, exige o quantitativo fixo de 300 viaturas, independente do item ao qual a empresa licitante pretenda concorrer, o que pode configurar burla ao disposto no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021⁷.

14. Da mesma forma, entendemos que o item 17.1 do Termo de Referência demanda, indevidamente, a comprovação de fornecimento de 30% da quantidade de veículos do objeto do certame. Entendemos que a redação mais clara, nesse caso, seria a exigência de comprovação de fornecimento de 30% do quantitativo para cada item do certame.

15. Isto posto, entendemos que a diligência não foi cumprida adequadamente, cabendo determinação no sentido de que seja ajustado o item 8.2.1-I do Edital e o item 17.1 do Termo de Referência para que seja previsto requisito de comprovação de fornecimento pretérito de, no máximo, 30% do previsto para cada item do certame e que sejam aceitos os atestados emitidos por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado.

I.3 – Item II, alínea “c”: aprovação formal do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência⁸.

16. Identificamos a aprovação do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência pelo Diretor do Patrimônio, Transporte e Suprimento, mediante o Termo

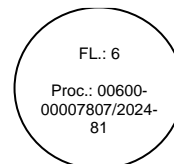
⁷ § 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

⁸ c) faça constar nos autos administrativos a aprovação formal do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, em cumprimento ao art. 14, inciso II, do Decreto n.º 10.024/2019 e ao art. 71, § 3º, do Decreto n.º 44.330/2023;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



de Aprovação – PMDF/DEC/CMT/DE/SATI, de 12/08/2024 (Peça 23, e-DOC [89C72469-e](#)), dando pleno cumprimento ao exigido no item II, alínea “c”, Despacho Singular nº 152/2024 – GCMA.

I.4 – Item II, alínea “d.i”: considerável aumento na demanda por Veículos de Patrulha e Cerco – VPC⁹.

PMDF

17. Rememoramos que a versão inicial do presente certame previa a formação de registro preço para 946 viaturas para a PMDF (fl. 26, Peça 2), o que representou um acréscimo de 599 viaturas em relação ao Pregão Eletrônico nº 07/2023, que estimou a necessidade de 347 viaturas (fl. 12, Peça 2 do Processo [00600-00016232/2023-14-e](#), e-DOC [443AC953-e](#)). Nesse sentido, o Tribunal questionou o substancial acréscimo do número de Veículos de Patrulha e Cerco – VPC, de 272 para 709.

18. Por meio da Nota Técnica nº 5/2024 – PMDF/DEC/CMT/SUBCMD (fls. 98/100, Peça 21), a PMDF esclareceu inicialmente que a demanda de 775 (setecentos e setenta e cinco) viaturas, apurada no corpo do Processo nº 00054-00150538/2021-16, em 07/01/2022, não refletiria as atuais necessidades da Corporação. No presente estado operacional, argumentou que a PMDF contaria com 796 viaturas em condições de emprego, sendo 651 unidades com 5 anos de uso ou mais, representando comprometimento significativo para eficiência operacional e segurança dos policiais.

19. A avaliação da demanda de **1.091** viaturas policiais teria considerado **674** viaturas para policiais na ativa, acrescidas de **417** viaturas para policiais em serviço voluntário gratificado, conforme a tabela à fl. 99 da Peça 21. A necessidade de 674 viaturas decorre do efetivo atual de 10.110 policiais ativos, com 80%¹⁰ alocados na atividade fim, divididos em 6 equipes em escalas de revezamento, com 2

⁹ d. com relação ao Pregão Eletrônico por SRP n.º 07/2023 – PMDF, fiscalizado pelo Tribunal no Processo n.º 00600- 00016232/2023-14, apresente esclarecimentos quanto: i. ao considerável aumento na demanda por Veículos de Patrulha e Cerco – VPC, de 272 para 709 (item 2 do Pregão Eletrônico por SRP n.º 90004/2024);

¹⁰ Conforme disposto no Decreto Distrital nº 24.553/2004.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



policiais por viatura¹¹. As 833 cotas diárias¹² para serviço voluntário gratificado disponíveis requeriam o adicional de 417 viaturas.

20. Em sendo assim, o registro de preços visando à aquisição de 946 viaturas para a PMDF decorreria das 1.091 necessárias, subtraídas em **796** viaturas disponíveis e adicionadas em **651** viaturas em critério de alienação ($1.091 - 796 + 651 = 946$), consoante explicitado no item 2.1 do Termo de Referência (fls. 23/24, Peça 2). Ao somarmos as 946 viaturas pretendidas pela PMDF com as 33 viaturas estimadas para a SSP/DF, chega-se ao quantitativo de 979 unidades previstas no PE nº 90004/2024 (fl. 2, Peça 2).

Análise

21. Confirmamos a disponibilização de 300.000 cotas anuais de serviço voluntário gratificado para PMDF, no art. 3º do Decreto nº 39.627/2019¹³. A divisão dessas cotas ao longo do ano resulta na demanda de 417 veículos SVC a serem utilizados por parte dos 834 policiais acrescidos ao patrulhamento em cada dia.

22. Destacamos que o número definido em lei para a Polícia Militar do Distrito Federal compor sua tropa é de 18.673 policiais, art. 2º da Lei nº 12.086/2009¹⁴, fazendo com que o total de viaturas necessárias apenas para os turnos de serviço ordinário seja de 1.494 veículos. Caso somássemos as 946 unidades estimadas para o certame com as 145 viaturas da Corporação com menos de 5 anos de uso, teríamos 1.091 viaturas. Ainda assim, haveria uma defasagem de aproximadamente 27% em relação a quantidade de viaturas necessárias caso todo o efetivo de policiais estivesse preenchido.

23. Ao cotejarmos os editais do PE nº 11/2023 e PE nº 90004/2024, no tocante as readequações das especificações e quantitativos, observamos a exclusão dos veículos velados e de missões críticas, a inclusão de veículos de suporte operacional 4x4 e de Patrulha e Interceptação e o incremento de veículos para

¹¹ Cálculo: $(10.110 * 0,8) / (6 * 2) = 674$.

¹² Resultante de 300.000 cotas anuais, nos termos do Decreto Distrital nº 39.627/2019.

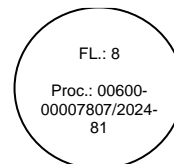
¹³ Art. 4º O limite de cotas de Serviço Voluntário será de até: I - trezentas mil cotas anuais para a Polícia Militar do Distrito Federal; (Inciso alterado(a) pelo(a) Decreto 40207 de 30/10/2019) (Legislação Correlata - Decreto 45257 de 08/12/2023);

¹⁴ Art. 2º O efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal é de 18.673 (dezoito mil e seiscentos e setenta e três) policiais militares distribuídos em Quadros, conforme disposto no Anexo I.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



patrulhamento e cerco.

24. Vale pontuar que, se descontarmos os 417 veículos do Serviço Voluntário Gratificado, que não estavam expressos no PE nº 07/2023, restariam apenas 182 viaturas provisionadas a mais que a demanda apurada, o que representaria uma margem de 20% na ata de registro de preço que deverá ser celebrada.

25. Isto posto, entendemos que a adequações nos modelos de viaturas exigidos e a possível variação do efetivo de policiais disponíveis são suficientes para considerarmos atendida a medida determinado no item II, alínea “d.1”, Despacho Singular nº 152/2024 – GCMA.

I.5 – Item II, alínea “d.ii”: à intenção na retomada do certame, devendo a PMDF adotar as medidas necessárias para a sua revogação, em caso de desinteresse na sua continuidade¹⁵.

26. A jurisdicionada informa ter procedido à revogação do Pregão nº 07/2023 (fl. 97, Peça 21) devido a perda do interesse público nas suas especificações técnicas, o que seria demonstrado pelas impugnações apresentadas e pelo decurso de 2 anos desde o seu planejamento. Dessa forma, considera-se atendida a diligência estabelecida no item II, alínea “d.ii”, do Despacho Singular nº 152/2024-GCMA.

I.6 – Nova estimativa de preços

PMDF

27. A PMDF informa ter realizado nova coleta de preços para o item Veículo de Patrulha e Cerco I (VPC), obtendo o Preço Unitário de R\$ 157.846,00, que representa um aumento de 5,79% sobre os R\$ 149.213,00 anteriormente cotados (fls. 100/101, Peça 21).

Análise

¹⁵ d. com relação ao Pregão Eletrônico por SRP nº 07/2023 – PMDF, fiscalizado pelo Tribunal no Processo nº 00600- 00016232/2023-14, apresente esclarecimentos quanto:

(...)

ii. à intenção na retomada do certame, devendo a PMDF adotar as medidas necessárias para a sua revogação, em caso de desinteresse na sua continuidade;

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES

FL.: 9

Proc.: 00600-
00007807/2024-
81

28. O novo valor para Veículo de Patrulha e Cerco I (VPC), de R\$ 157.846,00, apresenta-se 13,8% superior aos R\$ 138.694,00 da média dos preços pesquisados na composição da Informação nº 158/2024 (fl. 14, Peça 11, e-DOC [00BCB044-e](#)), indicando a manutenção de sua razoabilidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO UNITÁRIO EDITAL	PREÇOS PESQUISADOS					MÉDIA DOS PREÇOS PESQUISADOS	DIFERENÇA PERCENTUAL (%)	SITUAÇÃO
2	Veículo de Patrulha e Cerco I - (VPC)	R\$ 149.213,000	R\$ 127.800,000	R\$ 155.980,000	R\$ 120.000,000	R\$ 149.800,000	R\$ 139.890,000	R\$ 138.694,000	7,58%	OK

29. Constatamos, também, a majoração de 1,96% nos preços dos Veículo de Patrulha e Interceptação (VPI) – de R\$ 145.439,00 para R\$ 148.286,00 – e de 1,07% nos Veículos de Suporte Operacional (VSO) – 4x4 – de R\$ 257.045,00 para R\$ 259.790,00.

30. Em decorrência, o valor total estimado passou de R\$ 162.073.721,00 (fl. 29, Peça 2) para R\$ 169.022.922,00 (fl. 42, Peça 21), correspondendo a um acréscimo de 4,29%, que ainda poderá ser reduzido após a abertura das propostas comerciais e a etapa de lances.

31. Isto posto, entendemos que as adequações nos preços realizadas pela PMDF não apresentam relevância suficiente para motivar a intervenção desta Corte e tendem a ser compensadas durante a fase competitiva do certame.

CONCLUSÃO

32. Diante da análise externada nesta Instrução, atinente ao cumprimento das determinações prolatadas no Despacho Singular nº 152/2024 – GCMA (Peça nº 14, e-DOC C235495A-e), referendado pela Decisão nº 2.585/2024 (Peça nº 18, e-DOC B1FB33E9-e), concluímos que a PMDF atendeu às diligências demandadas, à exceção do item II, alínea “b”, incisos i e ii.

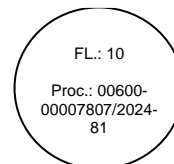
33. Caberia, então, determinação no sentido de que seja ajustado o item 8.2.1-I do Edital e o item 17.1 do Termo de Referência para que seja previsto requisito de comprovação de fornecimento pretérito de, no máximo, 30% do previsto para cada item do certame e que sejam aceitos os atestados emitidos por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado.

34. Dessarte, considerando que as medidas pendentes são de fácil



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



implementação, com esteio no § 1º do art. 5º da Resolução nº 369/2023 – TCDF, vamos sugerir a autorização para a continuidade do certame após o cumprimento das determinações.

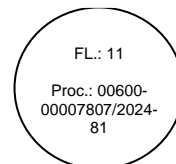
35. Pelo exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento do Ofício nº 83/2024 – PMDF/DALF/SPL e anexos (Peça nº 21, e-Doc B7586579-e);
- II. considere, em relação ao Despacho Singular nº 152/2024 – GCMA, referendado pela Decisão nº 2.585/2024:
 - a) atendidas as determinações constantes do item II, alíneas “a”, “c” e “d”;
 - b) não atendidas as determinações constantes do item II, alínea “b”, incisos “i” e “ii”;
- III. determine à Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF que ajuste os itens 8.2.1-I do Edital e o 17.1 do Termo de Referência, para que seja previsto requisito de comprovação de fornecimento pretérito a, no máximo, 30% do previsto para cada item do certame e que sejam aceitos os atestados emitidos por quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- IV. autorize:
 - a) a continuidade do Pregão em comento após o integral cumprimento do item III destas sugestões, devendo a PMDF reabrir o prazo inicialmente previsto para a apresentação de propostas, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, encaminhando cópia de documentação comprobatória ao Tribunal;
 - b) o envio da cópia da Decisão que vier a ser adotada, do respectivo Relatório/Voto e da presente Informação à PMDF e ao Pregoeiro responsável pela condução do certame, para subsidiar o cumprimento do item anterior;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO ESPECIALIZADA
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES



– SESPE para os devidos fins.

Brasília/DF, 17 de outubro de 2024.

À consideração superior.

(assinado digitalmente)

George Medeiros Marques de Oliveira

Auditor de Controle Externo

De acordo.

À consideração do Senhor Secretário.

Em 18 de outubro de 2024.

(assinado digitalmente)

Filipe Caldas Luna

Diretor Substituto da DIFLI